



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - CEUB
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

JOÃO CARLOS MAGALHÃES TELES

**O ENQUADRAMENTO NOTICIOSO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL: UMA ANÁLISE
DE CONTEÚDO DOS PODCASTS DA GRANDE IMPRENSA BRASILEIRA**

BRASÍLIA

2022



JOÃO CARLOS MAGALHÃES TELES

**O ENQUADRAMENTO NOTICIOSO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL: UMA ANÁLISE
DE CONTEÚDO DOS PODCASTS DA GRANDE IMPRENSA BRASILEIRA**

Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica apresentado à Assessoria de Pós-Graduação e Pesquisa.

Orientação: Gilberto Gonçalves Costa

BRASÍLIA

2022

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os jornalistas que usam seu tempo e esforços na produção de uma comunicação cada vez mais humanizada e acessível, bem como a todos os familiares e amigos dos falecidos com a covid-19.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, ao meu orientador de pesquisa, professor Gilberto Gonçalves Costa, que é, sobretudo, um exemplo de docente e jornalista.

Também agradeço a minha família, meus pais e irmãos, que jamais deixaram de me apoiar durante o ano de produção deste trabalho.

Por fim, agradeço aos outros professores do curso de jornalismo do Ceub, sempre atentos às necessidades dos alunos, e aos colegas de curso.

RESUMO

O trabalho teve como objetivo analisar qual foi o foco da grande imprensa brasileira na cobertura do Auxílio Emergencial levando em conta os podcasts de notícias. O objetivo é entender qual enquadramento foi mais importante para os jornalistas que falaram sobre o Auxílio Emergencial, que foi aprovado pelo Congresso Nacional e pago pelo governo federal durante 16 meses de 2020 por causa da pandemia de covid-19. A premissa, que se confirmou, é de que a abordagem política e econômica (fiscalista) do auxílio emergencial se sobressaiu em relação à importância social do auxílio e às questões sanitárias. Os programas de notícias de quatro grandes veículos de comunicação, G1, Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e CNN foram resgatados e submetidos a uma análise quantitativa e qualitativa

Palavras-chave: podcast; auxílio emergencial; enquadramento noticioso; pandemia; covid-19

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
3	MÉTODO	15
4	RESULTADOS	17
4.1	DATAS DOS EPISÓDIOS	17
4.2	TEMPO DOS EPISÓDIOS	21
4.3	PARTICIPAÇÕES NOS EPISÓDIOS	22
4.4	O USO DE SOBE SONS NOS EPISÓDIOS	26
4.5	AS ÁREAS QUE PREVALECEM NO ENQUADRAMENTO DOS EPISÓDIOS	26
4.6	A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DURANTE OS EPISÓDIOS E QUANTAS PESSOAS FORAM BENEFICIADAS	27
4.7	O TRATAMENTO DO IMPACTO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL NAS CONTAS PÚBLICAS E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO DA ECONOMIA E DA PANDEMIA PELOS EPISÓDIOS	27
4.8	O USO DE METÁFORAS PARA TRATAR DA SITUAÇÃO ECONÔMICA	29
5	DISCUSSÃO	31
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
	REFERÊNCIAS	34

1. INTRODUÇÃO

O crescimento e a consolidação do streaming e a nova relação do jornalismo com as plataformas multimídias levaram às redações uma nova opção para informar, com os *podcasts*.

Segundo Souza e Martins (2007) o palavra *podcast* nasce da junção de *broadcasting* (radiodifusão) e *iPod*, um dispositivo de áudio da marca Apple. Em suma, o *podcast* é uma publicação em áudio que varia no gênero, pode falar sobre música, entretenimento, política, entre outros. O conteúdo do podcast é, geralmente, disponibilizado em plataformas de streaming, contudo, esta não é a única maneira de distribuição deste tipo de conteúdo.

O consumo de podcast aumentou durante o ano de 2020, ano inicial da pandemia de covid-19 no Brasil. Segundo a pesquisa PodPesquisa (2020), realizada pela Associação Brasileira de Podcasters (AbPod), da Associação Brasileira de Podcasters, o Brasil teve, naquele ano, mais de 34 milhões de ouvintes de podcast, quase o dobro do ano anterior.

A grande imprensa brasileira também aderiu ao podcast e passou a produzir programas diários no formato, tratando de temas da cobertura corrente dos veículos. De acordo com a pesquisa, 7,8% dos podcasts do Brasil hoje são destinados à prática jornalística.

Apesar de haver podcast no Brasil desde praticamente o nascedouro do fenômeno (2006), são recentes as iniciativas dos grandes veículos nacionais no novo formato. Sinal disso é que Somente 14,6% dos podcasts remuneram sua equipe de produção. Essas experiências foram possíveis graças à ampliação da internet e à expansão do uso dos smartphones, que rodam aplicativos para audição de podcasts.

Além da Podpesquisa (2020), o Núcleo de Pesquisa da AbPod fez análises de audiência na pandemia de Covid-19, com base em diversos estudos lançados nesse período. No início da pandemia, muitos produtores assinalaram ter sentido perda de audiência. Os piores meses foram entre final de abril e final de maio, segundo a AbPod.

Enquanto em outros países a diminuição do número de ouvintes se reverteu a partir do final de abril, no Brasil a baixa seguiu até junho os piores meses indicados foram no período entre final de abril e final de maio. O retorno no Brasil foi puxado, principalmente, por podcasts transmitidos também pelo Youtube, batendo a máxima dos dispositivos de busca, como o Google Trends, em novembro de 2020.

Quadros de referência - De acordo com o sociólogo Erving Goffman (2008), que criou a análise de quadros que inspira os estudos sobre a cobertura jornalística e o enquadramento das notícias, a percepção sobre os acontecimentos, como ocorre no noticiário, é governado por valores compartilhados socialmente. "Enquadrar" quando nos referimos ao trabalho feito pela imprensa significa selecionar aspectos da realidade e torná-los mais evidentes em detrimento de outros.

Nesse sentido, a pesquisa busca conhecer e categorizar como foi a cobertura jornalística sobre o auxílio emergencial, que aspectos foram ressaltados, problemas e soluções apontados, e se ela foi satisfatória para quem acompanhava a cobertura da pandemia e seus desdobramentos.

Pagamento do benefício - O auxílio emergencial, também chamado de "renda básica emergencial" e "coronavoucher", foi aprovado pelo parlamento e sancionado pelo presidente da República para mitigar efeitos econômicos e sociais da perda de renda das famílias em meio a desativação da economia e da oferta de trabalho em tempo de pandemia.

A lei que instituiu o auxílio estabeleceu medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. A lei ordinária (número tal, da data tal) foi elaborada a partir do PL nº 9.236/2017, de autoria do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), que propunha alterações nos parâmetros para caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Transformado em lei, o projeto modificado na Câmara dos Deputados e aprovado por unanimidade no Senado Federal estabeleceu a concessão do auxílio no valor de R\$ 600 mensais a pessoas maiores de 18 anos - salvo caso de mães adolescentes.

Conforme decisão do parlamento e sanção presidencial, o auxílio deveria ser pago a pessoas sem emprego formal, sem direito ao seguro-desemprego ou benefício previdenciário ou assistencial, de famílias cuja renda mensal per capita fosse de até meio salário-mínimo ou a renda familiar mensal total fosse de até três salários-mínimos. A regra previa que os beneficiários não poderiam ter recebido no ano de 2018 rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70.

A norma garantia a concessão do auxílio aos beneficiários do programa Bolsa Família, inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) até 20/03/20 e a microempreendedores individuais (MEI). A regra ainda estabelecia que mulheres provedoras de família monoparental tinham direito a duas cotas do auxílio.

Inicialmente instituído para três parcelas (abril, maio e junho), o auxílio emergencial de R\$ 600 foi prorrogado por duas parcelas (julho e agosto). As parcelas pagas entre setembro e dezembro tiveram o valor reduzido à metade (R\$ 300).

O benefício foi interrompido em janeiro, fevereiro e março de 2021. Em abril, foram retomados os pagamentos, mas sob novos critérios de elegibilidades em valores variáveis de até R\$ 375 por até quatro prestações.

O auxílio impactou positivamente a economia e serviu como proteção social no primeiro ano da pandemia de covid-19. Segundo artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo (09/03/21) pelo presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Antonio Corrêa de Lacerda, o pagamento do auxílio emergencial foi determinante para evitar que a queda do Produto Interno Bruto (PIB) fosse ainda mais intensa, assim como seus impactos, como o aumento do desemprego, quebra de empresas, etc. A injeção mensal de R\$ 50 bilhões do auxílio nas primeiras prestações ainda reduziu a desigualdade socioeconômica.

Conforme reportagem do jornal O Globo (16/08/2020), a queda no Índice de Gini caiu de 0,543 em 2019 para 0,492 em maio do ano passado. A baixa foi superior à dos oito anos do governo Lula assinala a matéria que acrescenta sem o auxílio, o Gini hoje seria de 0,569, comparável ao de 1970: 0,565.

Conforme o portal do Tesouro Nacional, o pagamento do benefício custou no ano passado mais de R\$ 293 bilhões, mais da metade (55%) dos gastos do governo federal com a pandemia - e contribuiu para o desequilíbrio fiscal. De acordo com o Ministério da Economia, o déficit entre receitas e despesas somou mais de R\$ 702 bilhões em 2020.

Em 2020, o Brasil registrou 7.675.781 casos de covid-19 e contabilizou 194.976 óbitos pela doença.

Os impactos econômicos, sociais, fiscais, além de epidemiológicos, demonstram a alta importância do auxílio emergencial. Esse projeto propõe investigar que enquadramentos prevaleceram no noticiário, que fatos foram reportados, quais fontes ouvidas, que aspectos foram assinalados nos podcasts dos principais veículos nacionais.

OBJETIVOS

O objetivo desta pesquisa foi analisar os enquadramentos utilizados na cobertura sobre o auxílio emergencial feita pelos podcasts de quatro grandes veículos de imprensa: O assunto, do G1; Café da Manhã, da Folha de São Paulo; E Tem Mais, da CNN; e Estadão Notícias do Estado de São Paulo, o Estadão.

A cobertura do auxílio foi feita em meio a grandes desafios para o jornalismo, que cobria uma pandemia há muito tempo não vivida pela sociedade. Neste contexto, observamos os enfoques noticiosos nos podcasts sobre a política pública em meio à pandemia de covid-19 para reparar na eventual prevalência de enquadramentos, sejam os impactos sociais, epidemiológicos, econômicos ou fiscais ao tratar do pagamento do benefício.

A pesquisa também visou entender os tipos de fonte e a recorrência de nomes nos programas, verificando a atenção à diversidade de pontos de vista apregoada no ensino do jornalismo e nos manuais de redação. Por fim, o estudo objetivou descrever os critérios de noticiabilidade mais recorrentes na cobertura do auxílio-emergencial.

A análise buscou esclarecer, além do enquadramento, qual foi a terminologia utilizada para debater o auxílio emergencial, definir qual persona era a preferida dos jornalistas para os episódios, verificar a presença de pessoas comuns, que fizeram uso do benefício para os programas, permitir um debate a respeito da importância de um jornalismo humanizado nas opções de multimídia da grande imprensa brasileira.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O jornalismo é objeto de interesse sociológico porque é uma forma de conhecimento da realidade. Uma forma especial, respaldada em critérios próprios de apuração e de disseminação, socialmente aceitos, e com influência nas visões de mundo prevalentes.

O jornalismo alimenta a multiplicidade de instruções do senso comum, com inúmeras interpretações sobre a realidade cotidiana. Essas interpretações estão lastreadas em padrões e enquadramentos que orientam a cobertura e tornam inteligível a realidade que é descrita pela imprensa.

A sociologia do jornalismo permite verificar que aquilo que será notícia está de alguma forma pré-definido, antes da ocorrência dos fatos propriamente dita. Em outras palavras, a forma recorrente como a imprensa e seus produtos molduram os fatos antecipa a cobertura, e pode ser tão ou mais importante do que o acontecimento propriamente na elaboração de uma notícia.

O jornalismo lida com o conhecimento prescrito e é uma das fontes sociais para a formação do senso comum. Nesse sentido, a notícia é uma cápsula de informações percíveis, mas de valores permanentes. O que escreve de factual remota a valores acumulados socialmente.

O estabelecimento de valores e a sua institucionalização se dão por habituação conforme BERGER e LUCKMANN (1999). A cobertura da imprensa é uma habituação que economiza o tempo e o esforço da aprendizagem e dá fundamento estável para as atividades humanas.

Há tipificações ou visões de mundo que dirigem a redação e a escuta da notícia. A compreensão da novidade está previamente partilhada entre apresentadores, produtores, editores, repórteres, comentaristas, fontes de informação e público. Esse senso comum é reafirmado rotineiramente no amplo espaço social da produção e da audição da notícia, o campo da opinião publicada como diria Pierre Bourdieu.

Em outras palavras, na quase interação mediada (THOMPSON, 2001) de jornalistas (e fontes) com ouvintes, assim como espectadores e leitores, há expectativas recíprocas e coincidentes sobre o que interessa ser dito, publicado e conhecido. O jornalismo é assim uma forma conservadora de conhecimento da realidade. Uma notícia nova e atual confirma um sentimento antigo.

As notícias nos podcasts e em outras mídias têm enquadramentos prévios que dirigem a atenção dos jornalistas e satisfazem os interesses da opinião pública. Dentro das redações, esses enquadramentos são regidos pelas regras do método jornalístico especificamente, os valores-notícia que orientam o trabalho de pauteiros, repórteres e editores, e correspondem às maneiras de ver dos leitores.

As expectativas recíprocas determinam o que é notícia, o que é mais importante na informação veiculada, a escolha das fontes, a seleção de trechos gravados, a referência a figuras públicas, documentos e a instituições, a preferência por alguns dados numéricos, a

indicação do contraditório e alternativas, a recuperação da história e até o uso de expressões, metáforas e analogias.

A abordagem proposta para o trabalho se baseia nas ideias de enquadramento de Erving Goffman (2009) e de Robert M. Enteman, complementadas especialmente pelas visões de Peter Berger (1999) e Thomas Luckmann (1999) sobre a construção social da realidade; pelos apontamentos de Teun A. Van Dijk (1978) sobre o jornalismo como forma de conhecimento; e ainda acrescidas das noções de espaço social e distinção de Bourdieu(1990).

Os enquadramentos da imprensa perpetuam versões dos fatos que contribuem para a reprodução simbólica da sociedade, como ocorreu com o auxílio emergencial, que, com a cobertura da imprensa, resultou em mais aprovação para o então presidente da República, por exemplo, segundo o Portal da Transparência.

A noção de enquadramento apropriada pela sociologia do jornalismo serve para perceber padrões de apresentação e interpretação das notícias. Em poucas palavras, “enquadrar” quando nos referimos ao trabalho feito pela imprensa significa selecionar aspectos da realidade e torná-los mais evidentes em detrimento de outros.

A referida noção de enquadramento tem origem no pensamento de Erving Goffman. A ideia surge no livro *A representação do Eu na Vida Cotidiana* (2009), que cita quadros de referência e é aprofundada no livro *Frame Analysis* (2012). Os quadros servem como esquemas primários de entendimento e classificação que orientam a percepção, inclusive a seleção de acontecimentos feita pelos jornalistas para contar uma história.

Os esquemas primários enquadram o que é real e assim transformam os acontecimentos de acordo com as disposições assimiladas. Nesse sentido, o enquadramento antecede os fatos e as notícias novas que emergirão estarão sempre numa zona de conforto familiar, estável e segura, do conhecimento prévio e da opinião já formulada pelos leitores.

A perspectiva aqui é que o jornalismo lida com o real transformado em familiar para ouvintes, leitores e espectadores. Isso se dá pelos esquemas primários partilhados por quem produz a notícia na divisão convencional do trabalho: o pauteiro que encomenda a programa e prevê fontes; os produtores que apuram a informação, contextualizam, recolhem dados e redigem o texto; o editor que corrige, reescreve e finaliza o roteiro para gravação; o apresentador que grava o episódio.

Vale ressaltar que as fontes de informação dos jornalistas são legitimadas socialmente ou, como diria Pierre Bourdieu, são detentoras de capital simbólico - conversão etérea das formas de capital político, econômico, social, intelectual ou cultural; conforme a pauta - que assegura uma credibilidade prévia (e até institucional), útil para atestar a veracidade da informação, e assim assegurar manutenção dos quadros de referência primários.

Em outras palavras, merece ser ouvido, lido ou visto quem ostenta seus marcadores de distinção, competência e credibilidade - não alheios aos privilégios de classe. Os jornalistas preparam os programas apurando informações com fontes que tenham capital simbólico patrimonializado em boa formação acadêmica, conhecimento e títulos acumulados, mais experiência em trabalhos, participação em tomadas de decisão, prestígio entre seus pares e posição de autoridade. A escolha da fonte depende especialmente do discurso competente que é calcado no capital escolar e, também, no capital social.

A compreensão da fonte, por sua vez, depende do que os jornalistas, primeiro, e os ouvintes, leitores e espectadores, depois, disponham de esquemas de conhecimento prévio, alguns obtidos por meio da formação escolar e acessíveis pela sua posição de classe. Assim, o outro vértice da quase-interação mediada é o público, que partilha dos esquemas primários dos jornalistas e das fontes de informação.

De acordo com Goffman, o terceiro elemento da correlação, a plateia ou os observadores em uma situação de interação social utilizam a experiência passada e aplicam de princípio estereótipos não comprovados ao lidar com interlocutores desconhecidos. Se já os conhecem ou estão informados a respeito, sabem se é crível e se podem confiar nas informações que dispõem para prever o comportamento.

Esses esquemas recíprocos permitem as interações frente a frente e a comunicação à distância. Na interação imediata percebemos a olho nu um máximo de sintomas dos nossos interlocutores. Nos podcasts, as referências são mais abstratas e os sintomas podem ser distinguidos na fala ouvida: em expressões-chave mencionadas ou nas qualificações atribuídas às situações reportadas e às pessoas envolvidas.

O primeiro autor a extrapolar a *frame analysis* de Goffmann para uma análise dos quadros criados pela imprensa foi Robert M. Entman (1993), da Universidade de George Washington. Segundo o acadêmico, enquadrar significa dar saliência a alguns aspectos dos

fatos reportados e assinalar quais são os problemas, as causas eventuais, e os agentes responsáveis ou competentes que merecem atenção da opinião pública e das autoridades.

O enquadramento é uma pista de interpretação que se faz em consonância com valores sociais e em reforço aos traços culturais compartilhados por emissores (jornalistas com as fontes) e receptores (ouvintes). O enfoque dado a alguns aspectos das notícias atribui importância a fatos ou ideias; e ativam concepções das audiências no sentido de perceber e julgar de um modo específico.

A noção de enquadramento pressupõe uma base compartilhada de valores entre quem produz e quem consome notícia, como diriam Goffman e Entman, dos meios e da audiência.

Mas vale reparar que a noção de enquadramento não descarta a autonomia da audiência, a polissemia de significados e o ideal do equilíbrio da informação entre o dominante e o não hegemônico. No repertório da imprensa, estão abertas arestas para o contraditório.

Em vez de conceber o enquadramento como uma inclinação única e invariável, que se assemelha à manipulação da realidade e à distorção grosseira da informação, Entman considera que a realidade não é trivial e, portanto, está suscetível a mais de uma forma de apreensão.

A partir dos enquadramentos ou do conhecimento prévio do mundo conforme salienta Teun van Dijk, jornalistas apuram e redigem a notícia que, por sua vez, alimenta e reconfirma aqueles quadros de referência. A atualização perene faz do jornalismo uma das fontes de conhecimento para o dia a dia.

O conhecimento de senso comum é acionado na produção e na compreensão da notícia. Segundo Dijk, temos certo conhecimento geral sobre os temas noticiados, e tanto os atores da notícia (jornalistas), quanto os seus leitores usam uma base partilhada de modelos mentais que ajudam a contar, explicar e fazer perceber um fato.

Conforme esse autor, há um script para ser notícia e para se entender a notícia. A consequência desse fenômeno é que a notícia, mesmo quando de um fato inesperado, vai se basear e reforçar conhecimentos prévios, assim como valores e sentimentos.

Exemplificando, quando ouvimos um podcast sobre o auxílio emergencial é provável que faça prestação de serviço sobre o pagamento do benefício pela Caixa Econômica Federal

ou trate da factualidade sobre o acesso e uso do crédito. Os programas também podem abordar os efeitos social e econômico da política pública.

Mas acima desses aspectos, se sobressai nas narrativas dos programas o impacto fiscal do pagamento do benefício nas contas públicas. Isso significa que boa parte da informação veiculada pressupõe e reforça o conhecimento prévio a respeito do contexto, das instituições citadas e das fontes ouvidas. Além das referências, há compartilhamento de pontos de vista.

Na produção dos podcasts, os jornalistas fazem uso de dispositivos estratégicos (como fontes, citações e cifras), calcados nas regras do método jornalístico, que evidenciam os modelos cognitivos dos leitores e os correspondentes enquadramentos da notícia.

O enquadramento resulta em uma cobertura jornalística conservadora da realidade e que, como diria o pioneiro na sociologia do jornalismo Robert Park (2000), marca as distâncias sociais. A notícia é lida por poucos que efetivamente formam a opinião pública e sob o interesse de pouquíssimos que mantêm a hegemonia no poder ou no mercado.

O pensador, que se interessava pela inclusão dos grupos minoritários como os migrantes nas cidades americanas no começo do século passado, relacionava a distância social com o interesse pela notícia e participação na formação da opinião pública.

As distâncias sociais são reformadas pelos efeitos cognitivos dos enquadramentos e modelos compartilhados. Ao decidir o que deve ou não entrar em pauta do programa, quem são as fontes de informação no podcast, o que deve ser perguntado e como o assunto pode ser tratado, os jornalistas ajudam a girar a roda que perpetua as tais distâncias na sociedade.

3. MÉTODO

Para perceber o engenho dos enquadramentos, Robert M. Entman (1993), indica que se proceda a análise de conteúdo das matérias, e que vá além de considerar se a notícia é positiva ou negativa para determinado interesse ou ponto de vista.

Ele sugere que a pesquisa identifique e busque os elementos mais salientes como palavras-chave, estoque de frases, imagens estereotipadas, fontes de informação e sentenças que reforcem abordagens e determinados julgamentos. Desta maneira, a análise está calcada em uma pesquisa de caráter quantitativo e interpretativo, e que proporcione uma visão descritiva, mas também explicativa, sobre a cobertura do auxílio emergencial nos podcasts da grande imprensa brasileira, analisados nesta pesquisa.

Assim, o trabalho teve duas vertentes. A primeira, foi a análise de conteúdo dos podcasts com base de uma ficha de classificação para acompanhar a escuta dos programas. As informações foram processadas por meio do aplicativo de formulários disponível na plataforma Google.

Após a classificação, foi gerada planilha de dados onde foi possível extrair distribuições de frequência, cruzamentos, tabelas e gráficos que permitem analisar de forma mais clara a cobertura do auxílio emergencial por parte dos podcasts da grande imprensa no Brasil.

A pesquisa submeteu os podcasts de quatro grandes veículos de imprensa a análise sobre os critérios de noticiabilidade, enquadramento, entre outros aspectos. Foram episódios dos programas O assunto, do G1; Café da Manhã, da Folha de São Paulo; E Tem Mais, da CNN; e Estadão Notícias do Estado de São Paulo, o Estadão. Os episódios selecionados foram aqueles que, em 2020, levavam em seu título as palavras “auxílio emergencial” ou faziam referência ao saque no valor de R\$ 600.

Os episódios analisados foram: “O fim do auxílio emergencial e seu impacto nas periferias e na economia”, da Folha de São Paulo; “O que mudou na vida de quem recebe o auxílio emergencial?” e “Fim do auxílio: como ficam os mais pobres?”, do Estado de São Paulo; “Auxílio emergencial e o futuro dos programas de transferência de renda no Brasil” e “O impacto social do fim do auxílio emergencial”, da CNN; “O saque de R\$ 600 para os informais”, “O impacto do auxílio emergencial na pobreza”, “O tombo do PIB e o auxílio emergencial” e “Contagem regressiva para o fim do auxílio”, do G1.

Na ficha de classificação ao qual os episódios foram submetidos foram anotados o tempo dos episódios, a participação de personagens que se beneficiaram do auxílio, especialistas das áreas econômica, da saúde e social, jornalistas convidados, além de entrevistas com autoridades públicas (nomeadas ou concursadas) e políticos (mandatários ou ex-mandatários).

Também foi analisado quais áreas prevaleceram no enquadramento de cada episódio entre econômica, social, política, sanitária ou outra.

Além disso, o estudo especificou quais episódios fizeram uso de “sobe som” de autoridades públicas, especialistas na área econômica, da saúde e social, de pessoas comuns que precisavam do auxílio e de jornalistas em trechos de telejornais ou programas de rádio.

A ficha de classificação ainda computou se os episódios mencionaram textualmente a pandemia de covid-19, se fazem prestação de serviço, se fazem referência a quantas pessoas foram beneficiadas pelo auxílio, o valor gasto com o financiamento da ajuda pelo Estado (governo federal), se os episódios lembram ou relacionam o auxílio emergencial a programa de crédito de outros países criado para enfrentar a pandemia, se trata do impacto do auxílio nas contas públicas, quais expressões mais recorrentes, como “déficit fiscal”; “desequilíbrio fiscal”; “superávit fiscal”; “endividamento”; “expansão de gastos”; entre outras. Além de analisar o uso de adjetivos, advérbios e metáforas para descrever a situação da pandemia e da economia do Brasil.

4. RESULTADOS

Serão apontados a seguir cinco quadros e uma tabela elaborados a partir dos da análise dos dados coletados durante o processo de análise dos episódios dos veículos estudados. Primeiramente, será analisada a relação da publicação dos episódios com o momento da pandemia e da elaboração e evolução da entrega do auxílio emergencial no âmbito da pandemia de covid-19. O ensaio leva em consideração o ano de 2020 e todos os episódios mencionam textualmente a pandemia de covid-19.

4.1 Datas dos episódios

O auxílio emergencial começou a ser pago em abril de 2020, em 9 de abril, o G1 repercutiu o assunto. Em junho, os podcasts da CNN (30/6), Folha de São Paulo (25/6) e G1 (26/6) repercutiram os desdobramentos do fim do auxílio emergencial com enquadramentos diferentes. O texto aprovado pelo Congresso em março previa o pagamento de três cotas — em abril, maio e junho — e deixava brecha para prorrogação.

O programa da CNN fez um paralelo entre o auxílio emergencial e o futuro dos programas de transferência de renda no Brasil, na época começaram as tratativas para um programa de transferência de renda que substituísse o então Bolsa Família. O Auxílio Emergencial foi usado como termômetro pelo governo para entender o que fazer com o Auxílio Brasil, novo programa social do Governo.

O podcast da Folha tratou do impacto do fim do auxílio nas classes mais pobres da sociedade, o benefício foi pago em 5 parcelas de R\$ 600, e mais 4 parcelas de R\$ 300, em

2020. Em Junho, o mesmo programa projetava o que os mais pobres fariam sem o auxílio e com a pandemia em alta.

Já o podcast do G1, tratou sobre o impacto do auxílio emergencial na pobreza, que elevou momentaneamente a renda de alguns brasileiro. Antes, com o Bolsa Família, os mais pobres ganhavam por volta de R\$ 200 e com o auxílio emergencial passaram a ganhar, momentaneamente, R\$ 600.

Em setembro, no dia 25, o podcast do Estadão falou sobre o que mudou na vida de quem recebia auxílio emergencial. Um enquadramento bastante parecido com o episódio do G1 de alguns meses antes. Em dezembro, O Assunto (12) e o E tem Mais (23) falaram da contagem regressiva para o fim do benefício. Na ocasião, o principal questionamento era “o que vão fazer os beneficiários do auxílio emergencial sem o programa?”

Apesar da crise social, econômica e sanitária causada pela covid-19, em maio, julho, agosto e outubro, os programas citados não falaram sobre auxílio emergencial.

Em março de 2020, quando morriam cerca de 200 pessoas por dia no Brasil por conta da Covid-19, o Congresso começou a discutir a importância da execução de um programa de ajuda aos trabalhadores informais.

Segundo os pesquisadores da FGV Marcos Brancher, Guilherme Magacho e Rafael Leão, “O grupo mais prejudicado pela crise causada pelo COVID-19 é o de trabalhadores informais e trabalhadores por conta própria, os quais, devido às restrições à movimentação, perderiam sua fonte principal de renda. Soma-se a este grupo, o dos desempregados e em desalento, que continuariam nessas situações por não terem oportunidade de encontrarem uma alocação dada a disfuncionalidade na economia, oriundo da crise. Estes grupos respondem, conjuntamente, por 20,9% da população brasileira e por 34,2% da mão de obra”.

Como reportou a jornalista Elina Rodrigues Pozzebom (2020), da agência Senado Notícias, “o Ministério da Economia pensou em pagar uma espécie de voucher, concedido aos inscritos no Cadastro Único (CadÚnico), utilizado pelo governo para os programas sociais. Alegando não haver respaldo nas contas públicas para pagar valor maior, o ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou uma possível ajuda de R\$ 200. O ministro mencionou a intenção de pagamento, mas não houve uma proposição formal do Executivo. Com isso, o PL 1.066/2020, que mudava as regras para o recebimento do Benefício da Prestação Continuada (BPC), propôs o auxílio emergencial no valor de R\$ 600, a ser pago por três meses. “

Em abril, o podcast do G1 mostrou o início do saque de seiscentos reais para os 831 mil brasileiros que estavam inscritos no Cadastro Único e receberam a primeira parcela do benefício. Foi neste mês que os beneficiários pegaram a primeira parcela do auxílio emergencial.

Em 26 de junho, os beneficiários já tinham recebido ao menos duas parcelas do auxílio emergencial. O Assunto G1 procurou mostrar como o auxílio emergencial mexeu com a pobreza no Brasil. De acordo com os dados apresentados pelo episódio, em 2019, quase 6,5% da população brasileira vivia com menos de R\$ 145 por mês, situação que caracteriza extrema pobreza. Em maio de 2020, 72% dos lares de menor renda receberam o auxílio emergencial. O saque elevou exponencialmente o rendimento da parcela mais pobre da população, uma vez que os R\$ 145 se tornaram R\$ 600.

O podcast da CNN relacionou o auxílio emergencial aos próximos programas de transferência de renda para os pobres, olhando para o futuro do auxílio emergencial e do próximo programa social do governo, que viria a ser o Auxílio Brasil, que substituiu o Bolsa Família.

O Café da Manhã, da Folha de São Paulo, buscou tocar em outro ponto do auxílio emergencial, o âmbito social. De acordo com o apresentador do episódio, FULANO DE TAL, a pandemia escancarou a desigualdade. O começo do episódio cita quais eram as maiores dificuldades para os mais pobres.

“Desde o começo havia uma preocupação com os mais pobres. Como ir pro trabalho que você depende do transporte público. Quase sempre cheio. Como se manter em casa a quarentena se a renda vem de um trabalho feito dia a dia ou ainda como praticar o isolamento social numa casa de poucos cômodos e com muitos moradores. De fato, o novo coronavírus pegou em cheio essa fatia da população.”

O podcast mostrou a realidade dos moradores das periferias que recebiam o auxílio emergencial e, sem ele, não iriam comer, por exemplo.

Em junho, as autoridades econômicas já tinham anunciado que o auxílio não duraria por muito mais tempo. O programa avaliou o que as pessoas mais pobres, que ainda não podiam voltar às ruas e a informalidade, por conta da pandemia, poderiam fazer para sobreviver sem a fonte original de renda e sem o auxílio.

Em primeiro de setembro, o podcast da CNN avaliou o que mudou na vida de quem recebeu o auxílio durante os seis meses do programa. O episódio, com viés bastante

econômico, aborda qual os efeitos sociais das pessoas terem mais renda à disposição. Os apresentadores mostram que, temporariamente, os mais pobres tiveram mais dinheiro do que o comum para viver por conta do auxílio. No entanto, deixariam de ter o benefício e voltariam ao mesmo patamar financeiro de antes, ou até pior.

Em novembro, o podcast E Tem Mais, da CNN, mostrou o cabo de guerra político do auxílio emergencial e os impactos do fim do benefício para a economia do Brasil. No âmbito político, o Governo percebeu que o auxílio emergencial aumentou a aprovação do presidente Jair Bolsonaro em quase dez pontos. No entanto, o chefe do Poder Executivo era contra a prorrogação do programa. O episódio ocorreu depois de o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmar que não iria renovar o auxílio para 2021, o que não se concretizou. O benefício não foi descontinuado e pagou aos trabalhadores quatro parcelas mensais no valor de R\$ 250.

Em dezembro, os podcasts analisados do G1 e CNN mostraram as consequências de um eventual fim do auxílio emergencial. Tocaram na importância do benefício para economia e as consequências do fim do programa.

Quadro 1 - Relação dos episódios com os meses do ano

	G1	CNN	Folha	Estado de São Paulo
Abril	x			
Maio				
Junho	x	x	x	
Julho				
Agosto				
Setembro				x
Outubro				
Novembro				x
Dezembro	x	x		

Um episódio foi publicado no mês de abril de 2020 (G1)

Três episódios foram publicados no mês de junho de 2020 (CNN, Folha, G1)

Um episódio foi publicado no mês de setembro de 2020 (Estadão)

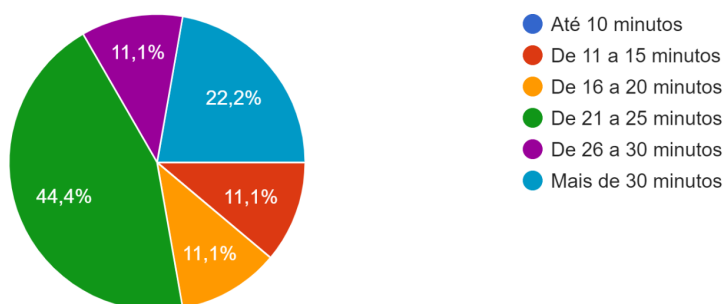
Um episódio foi publicado em novembro de 2020 (Estadão)

Dois episódios foram publicados em dezembro de 2020 (G1 e CNN)

4.2 Tempo dos episódios

Quase 50% dos podcasts publicados sobre auxílio emergencial têm de 21 a 25 minutos. E somente dois, um do Café da Manhã, da Folha de São Paulo, (O fim do auxílio emergencial e seu impacto nas periferias e na economia) e outro do E Tem Mais, da CNN, (Auxílio emergencial e o futuro dos programas de transferência de renda no Brasil), têm mais de 30 minutos de conversa. Apenas O Assunto, do G1, fez um episódio com menos de 15 minutos.

Gráfico 1 - A porcentagem dos episódios analisados por tempo de duração



Quadro 2 - Os tempos dos episódios por veículo

	11 a 15 min	16 a 20 min	21 a 25 min	26 a 30 min	30 + min
G1	x		2x	x	
Folha					x
CNN			x		x
Estado de São Paulo		x	x		

4.3 As participações nos episódios

A execução do benefício tinha três pilares: político, econômico, social e sanitário. No âmbito social, era evidente a necessidade de um programa que ajudasse os mais pobres e os informais, visto que este grupo estava impossibilitado de trabalhar.

No âmbito econômico, o auxílio emergencial onerou muito o Estado. Como já mencionado, programa custou, em 2020, segundo o portal da transparência, R\$ 231,181 bilhões aos cofres públicos, o que representa 43% de tudo que o Brasil gastou no pacote de combate à pandemia.

É válido pontuar que o auxílio emergencial custou mais que qualquer ação de saúde, desde compra de equipamentos - como respiradores - até campanhas de conscientização para o uso de máscaras, por exemplo.

O âmbito político também foi importante, a população aguardava das autoridades competentes ações para apoiar financeiramente os mais afetados. Tanto congressistas quanto o Poder Executivo sabiam da importância de um programa de transferência de renda naquele momento.

A premissa se tornou real e, mesmo não tendo sido a proposta do Executivo aprovada, no período do auxílio emergencial a aprovação do presidente Jair Bolsonaro subiu. Em setembro de 2021, a avaliação de ótimo ou bom aumentou para 40%. Em dezembro de 2019, a taxa era de 29% e tinha tendência de queda. Entre os eleitores com renda familiar de até um salário mínimo, a aprovação, que era de 19% em dezembro de 2019, subiu para 35% no ano seguinte. Os dados são do CNI/Ibope.

Vale ressaltar que os pilares econômico e político da cobertura muitas vezes conversaram e se cruzaram, por exemplo, quando o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que não havia mais dinheiro para renovar o programa, mais uma vez, o Congresso agiu e renovou. Esta cobertura, por exemplo, envolve âmbitos políticos e econômicos.

Episódios dos veículos G1, Estadão e CNN entrevistaram especialistas da área econômica.

Quadro 3 - Participação de especialistas nos episódios sobre auxílio emergencial

G1	CNN	Folha de São Paulo	Estado de São Paulo
----	-----	--------------------	---------------------

Pedro Fernando Nery, economista	Thais Zara, mestre em economia pela USP e economista da LCA Consultores	Lucas Veloso, Jéssica Silva e Luana Nunes da Agência Mural de Jornalismo das Periferias	Juliana Inhasz, professora de economia do Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER)
Naércio Menezes, economista e pesquisador do Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER)	-	-	Marcelo Nery, economista e pesquisador do FGV social
Silvia Matos, economista e pesquisadora sênior do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.	-	-	Marcos Catão, tributarista e professor da universidade complutense de Madrid

Já em relação à área da saúde, nenhum episódio analisado teve a participação de especialistas da área da saúde. Apesar da imprensa cobrar a falta de capacidade técnica em saúde do Pazuella, nos episódios analisados não consultou nenhum especialista da saúde. Um ponto importante é que o Auxílio Emergencial pouco se relacionou com a situação sanitária da pandemia.

O mesmo ocorre com especialistas da área social, como assistentes sociais e especialistas em gestão de políticas públicas, por exemplo. Entre os economistas entrevistados, nenhum foi apresentado como especialista da área social.

Ao passo que nenhum episódio entrevistou pessoas que estavam se beneficiando do auxílio emergencial, os veículos se preocuparam em mostrar diferentes visões e enquadramentos do âmbito político e econômico. Se tratando de um tema ligado à pandemia, nenhum episódio escutou especialistas da área da saúde e da área social. Os outros entrevistados dos podcasts foram:

Quadro 4 - Demais participações nos episódios sobre auxílio emergencial

G1	CNN	Folha de São Paulo	Estado de São Paulo
Valdo Cruz, comentarista de política e economia do Grupo Globo*	Iuri Pitta, jornalista de política e economia da CNN	Vinícius Torres Freire, colunista da Folha de São Paulo	-
Luis Gebeli, repórter de economia do G1	Fernando Nakagawa, jornalista de economia da CNN	-	-
Flávia Oliveira, jornalista do Grupo Globo	-	-	-

*O portal G1 faz parte do grupo Globo

*No Estadão, somente economistas participaram dos episódios

G1, CNN e Folha de São Paulo recorreram a soluções caseiras, convidando jornalistas do próprio veículo de comunicação para comentar o assunto.

No que diz respeito às diferentes visões político-econômicas abordadas, com convidados especialistas das áreas, os podcasts discutiram bastante quais seriam os resultados políticos do auxílio emergencial, como popularidade do governo, que era criticado por conta da gestão da pandemia. O programa de transferência de crédito foi fundamental para manter, e até aumentar, a aprovação do Governo. Este assunto foi muito tratado.

Outro assunto muitíssimo tratado foram os resultados econômicos do auxílio. Por um lado, os mais pobres, que viviam com cerca de R\$ 145 do Bolsa Família, outro programa de crédito do Governo Federal, passaram a receber R\$ 600. No entanto, o benefício durou tempo determinado. A Caixa pagou parcelas do auxílio emergencial em 2020 e 2021. Como descrevemos anteriormente, criado em abril de 2020 para ajudar a população vulnerável afetada pela pandemia de covid-19, o auxílio inicialmente teve cinco parcelas de R\$ 600 (R\$ 1,2 mil para mães solteiras). De setembro a dezembro de 2020, o Auxílio Emergencial Extensão pagou mais quatro parcelas com a metade do valor: R\$ 300 (R\$ 600 para mães solteiras). Com isso, os mais pobres que ganhavam cerca de R\$ 150, de outros programas de crédito, passaram a ganhar até mais de mil reais em alguns casos.

Posteriormente, voltaram à estaca zero. Podcasts, como do Estadão, da CNN e do G1 repercutiram qual seria o resultado dessa flutuação e o impacto do fim do auxílio para os mais pobres e nas economias locais.

O auxílio emergencial foi o maior programa de transferência de créditos da história do Brasil. Isso reverberou na inflação. Com a alta da inflação, o auxílio emergencial acabou por perder o poder de compra ao longo das - 16 parcelas pagas. .

O pagamento do benefício também foi usado como uma espécie de “experimento” pelo governo para substituir o programa Bolsa Família pelo Auxílio Brasil, o podcast da CNN, por exemplo, falou sobre este assunto.

Por fim, o Produto Interno Bruto teve redução de 4,1%, queda inédita desde o ano 2000. A redução da economia em meio à pandemia também foi tratada por “especialistas” Em todos os episódios avaliados, optou-se pela participação de jornalistas e economistas para explicar as consequências políticas, econômicas e sociais do auxílio emergencial. Somente os episódios do podcast ‘Estadão Notícias’ não têm jornalistas convidados para comentar o auxílio emergencial. Registre-se que há um episódio do podcast da Folha de São Paulo que não conta com nenhum especialista em economia e jornalismo.

Nenhum episódio analisado teve a participação de autoridades públicas nomeadas ou concursadas. A observação salienta inclusive a ausência de técnicos de ministérios e secretarias, além de ministros e secretários dos governos estaduais.

Figuras como o presidente da República, Jair Bolsonaro, e o ministro da economia, Paulo Guedes, foram recorrentemente citados. Jair Bolsonaro é citado 37 vezes - apenas um episódio de O Assunto (G1) não cita o presidente da República. Paulo Guedes é citado, ao todo, 27 vezes - um episódio de O Assunto e outro do Estadão Notícias não citam Guedes.. Ambos aparecem diversas vezes falando com o recurso do “sobe som”.

Nenhum episódio analisado teve a participação de políticos (mandatários ou ex-mandatários). Este cálculo inclui, por exemplo, governadores, prefeitos, deputados, senadores e o Presidente da República.

Os programas analisados se preocuparam em ouvir atores políticos envolvidos com o auxílio emergencial. Isso não significa, porém, que a pauta política não esteve envolvida com o auxílio emergencial. Os veículos utilizaram de sobes sons de políticos para balancear o discurso, como veremos no próximo item.

4.4 O uso de sobe sons nos episódios

Todos os episódios utilizam do sobe som¹. O recurso foi a maneira que os episódios encontraram de balancear o discurso sobre o auxílio emergencial, assim, os podcasts conseguiram dar voz também aos atores políticos, sem entrevistá-los.

O sobe som também foi usado para retomar fatos ocorridos, outrora informados em jornais televisivos. Neste sentido, todos os episódios fizeram uso de sobe som com falas de jornalistas em trechos de telejornais. O Assunto só fez uso de sobe sons de telejornais do grupo Globo. Já os outros podcasts usaram sobe sons de jornalistas de diversos canais de televisão. Muitas vezes para introduzir, com as cabeças dos VTs² dos telejornais ou com as passagens de repórteres, o tema que seria discutido posteriormente.

Quadro 5 - A natureza dos sobe sons utilizados

	Jornalistas	Políticos	Autoridades Públicas	Pessoas Comuns	Especialistas das áreas econômicas
G1	X	X	X	X	
Folha de São Paulo	X	X		X	
CNN	X	X			X
Estado de São Paulo	X	X	X	X	X

4.5 As áreas que prevalecem no enquadramento dos episódios

A grande maioria dos episódios enquadrou seus temas no âmbito econômico do auxílio emergencial, com exceção de dois. O primeiro foi o episódio da Folha de São Paulo, que mostrou a importância do auxílio emergencial aos pobres. Em suma, Lucas Veloso, Jéssica Silva e Luana Nunes, participantes da Agência Mural de Jornalismo das Periferias, trataram do impacto da diminuição do auxílio emergencial para moradores da periferia de São Paulo e a apreensão com o fim do benefício.

Outro episódio foi do programa da CNN que tratou dos dividendos políticos que o auxílio emergencial carregava junto aos mais pobres. Durante o pagamento do benefício a popularidade do Presidente da República aumentou.

¹ Termo técnico no script/espelho que indica o momento de colocar no ar o som da reportagem em VT

² Texto lido pelo apresentador para “chamar” a reportagem. É a introdução do assunto antes da entrada do VT

4.6 A prestação de serviço durante os episódios e quantas pessoas foram beneficiadas

Todos os episódios do programa do G1 fazem prestação de serviço perto do fim do programa. Contudo, nenhum outro episódio de outro veículo fez prestação de serviço. Episódios de O Assunto e Estadão Notícias mencionam quantas pessoas foram beneficiadas pelo auxílio.

O número, contudo, se alterna. Isso ocorre porque conforme o tempo passou, no mesmo ano em que os episódios foram feitos, o auxílio emergencial foi alcançado por um número maior de pessoas. Hoje, de acordo com o Governo Federal, mais de 66 milhões de pessoas receberam diretamente o Auxílio Emergencial desde abril de 2020.

Bem no início do programa, antes da primeira parcela, o G1 informou que, até aquele momento, 22 milhões de brasileiros tinham solicitado o auxílio. O episódio do Estado de São Paulo “Fim do auxílio: como ficam os mais pobres?”, de novembro de 2020, informou que o auxílio emergencial beneficiou 118 milhões de pessoas de forma direta ou indireta.

O valor gasto pelo governo federal com o auxílio emergencial também se altera de acordo com episódios dos programas analisados do Estadão, da CNN e do G1, que citam o montante.

Somente um episódio do Estado Notícias faz a comparação entre Brasil e outro país. O país é a Espanha. A comparação ocorre porque a fonte do episódio é o professor da universidade Complutense de Madrid, Marcos Catão.

4.7 O tratamento do impacto do auxílio emergencial nas contas públicas e descrição da situação da economia e da pandemia pelos episódios

O Café da Manhã, da Folha de São Paulo, não tratou do impacto do auxílio emergencial nas contas públicas. O mesmo aconteceu com um episódio do Estadão Notícias. Muito embora todos episódios se referem textualmente à pandemia de covid-19, nenhum deles descreve a situação de contágio da pandemia durante o período em que o episódio foi publicado.

Quadro 6 - As expressões utilizadas para descrever contas públicas

	Expressões utilizadas para descrever as contas públicas
--	---

G1	"déficit muito elevado e um alto endividamento" "situação fiscal muito frágil"; "expansão fiscal"; "O objetivo do governo é injetar trinta bilhões de reais na economia brasileira"; "injeção na economia"; "dificuldade fiscal"; "manutenção dos preços mais altos causados pelo próprio auxílio"; "orçamento de guerra"
Folha de São Paulo	-
CNN	"espaço fiscal"; "conta fiscal"; "teto fiscal"; "isenções tributárias"
Estado de São Paulo	"custo fiscal"; "teto de gastos"

A maioria dos adjetivos e advérbios usados para descrever a situação da economia são negativos. Os adjetivos foram: "agravamento", "sofrendo", "rombo", "dificuldade", "menor", "falho", "salseiro", "minguada", "desaceleração", "dificuldade".

Nenhum episódio se esforça para descrever a situação da pandemia, mas, neste caso, vale dois adendos. O primeiro é sobre um episódio de O Assunto que não descreve a situação da pandemia, mas diz que no momento da pandemia as aglomerações devem ser evitadas a qualquer custo. O outro é do podcast E Tem Mais que fala em "repique da primeira onda". Mas não esclarece ou adentra o tópico.

4.8 O uso de metáforas para tratar da situação econômica

Ao longo dos episódios, apresentadores e convidados usam das metáforas para falar sobre a situação econômica. Também vale dizer que nenhum episódio analisado faz uso de metáforas para tratar da situação da saúde. Abaixo vemos as metáforas sobre as situações econômicas.

O ASSUNTO: :

"O auxílio emergencial fez um tranco no motor econômico"

Aqui, o objetivo era mostrar que o auxílio emergencial, em toda série histórica desde 1996, o tranco no motor econômico nunca tinha sido tão grande. Uma contração de três e meio por cento no segundo trimestre de dois mil e vinte.

“O ministro Paulo Guedes comentando o resultado do PIB falou que a queda é um reflexo do passado é um som que nós ouvimos mas um som que foi gerado no passado. Usando linguagem astronômica falando da explosão das estrelas e quando a luz começa a chegar na Terra.”

Aqui, o apresentador Márcio Gomes, relembra uma fala de Guedes. O objetivo do ministro da Economia com sua metáfora era mostrar-se confiante por uma recuperação em V. Ou seja, uma queda muito forte e uma subida muito rápida. Ele dizia que o momento mais crítico da pandemia já havia passado.

“O presidente propôs ao ministro Paulo Guedes que ele fizesse uma nova proposta e fizesse de forma escalonada. Eles estão falando pouso Suave.”

Neste caso, o objetivo era relacionar um pouso suave de avião com a retirada do auxílio emergencial, que deveria ser feita aos poucos.

“Vamos atravessar a rua”

A apresentadora Renata Lo Prete utiliza esta expressão para deixar de falar da ação do Poder Executivo em relação ao auxílio e começar a falar sobre o Congresso.

“A gente deve supor que o auxílio acabou por mascarar um pouco o problema?”

Como o auxílio emergencial entregou aos informais certa quantia, neste caso, a indagação quer saber se, com o auxílio, não era possível saber exatamente em que situação econômica estavam os brasileiros que recebiam do programa de transferência temporário.

Café da Manhã

“Uma renda de seiscentos reais pro Brasil. Parece um pra pessoas que vivem em São Paulo, tem emprego formal, mas no Brasil isso é uma fortuninha.”

A palavra “fortuninha”, dita por Vinícius Torres Freire denota que, os seiscentos reais era muito dinheiro em alguns lugares do Brasil.

Estadão Notícias

“É como se o governo tivesse jogado uma bóia de salvação no momento de naufrágio [...] mais do que bolas e de bóias de salvação, deu boias com [gás] hélio. Assim com alguma coisa pras pessoas voarem estarem mais altos e não apenas amparou a queda como permitiu elas a estarem numa situação melhor.”

Aqui, a boia de salvação era o próprio auxílio, que, por se tratar de uma quantia maior do que os outros programas de transferência de renda pagavam, elevou a renda de parte dos beneficiários, como boias de gás hélio.

“O Brasil pode abrir 2021, não sei se no fundo do poço, mas em grandes dificuldades, professora?”

No fundo do poço, ou seja, sem dinheiro.

E Tem Mais

“A grande questão é se esse dinheiro está chegando em quem realmente mais precisa ou se há gargalos que precisam ser fechados.”

Com gargalos, o apresentador quis dizer, corrigir erros.

“A verdade é uma só, o cobertor é muito curto e não dá pra fazer caber dentro do orçamento um programa desse tipo.”

O cobertor é o orçamento. Cobertor curto quer dizer, orçamento curto.

5. DISCUSSÃO

Nenhum episódio analisado teve a participação de pessoas que se beneficiaram do auxílio emergencial. Essa ausência denota que os episódios não estavam verdadeiramente preocupados em dar espaço e tempo dos programas para ouvir quem precisava do auxílio para necessidades mais básicas. Aqui, podemos levantar a hipótese de que a cobertura do auxílio emergencial deixou de lado o aspecto social da cobertura do auxílio emergencial e se focou, exclusivamente, nos âmbitos políticos e econômicos.

Neste sentido, vale ainda uma pesquisa que avalie as matérias dos mesmos veículos de comunicação de outros formatos, se há diferenciação. Por exemplo, quais foram os enquadramentos das matérias que trataram do auxílio emergencial na TV Globo, do Grupo Globo, ao qual pertence o G1, que teve podcasts analisados? E no canal da CNN, ao qual pertence o podcast E Tem Mais? E ainda na TV Folha e nos produtos audiovisuais do jornal O Estado de São Paulo?

O mesmo exercício também é válido nos jornais impressos destas empresas. Desta forma, poderemos ter uma visão ainda mais ampla de qual foi o principal enfoque quando o assunto era auxílio emergencial. Por fim, nesta primeira questão, ainda que G1, CNN, O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo não representem sozinhos a denominada “grande imprensa brasileira”, são veículos que incontestavelmente fazem parte importante e podem fornecer detalhes claros de qual foi o olhar desta imprensa de grande alcance teve em relação ao benefício.

A pesquisa revelou também que os podcasts utilizaram “soluções caseiras” para comentar as pautas dos episódios. Os próprios jornalistas dos veículos, muitas vezes, foram os responsáveis por analisar os temas propostos. Somente o Estadão Notícias teve, exclusivamente, a participação de economistas nos episódios,.

Os programas de , G1, CNN e Folha de São Paulo recorreram rotineiramente a essas soluções caseiras, convidando jornalistas do próprio veículo de comunicação para comentar

o assunto. Essa pode ser uma estratégia de autopromoção dos produtos dos veículos de comunicação.

Fica evidente que convidar jornalistas é uma solução para os podcasts que querem, ao mesmo tempo, funcionar como meio de promoção do veículo a que pertencem, e contar com especialistas nas áreas. Muitas vezes esses programas não são escutados nos sites dos veículos ao qual pertencem, mas sim em tocadores de podcast, por isso a importância de reforçar a participação da redação nos episódios. Para levar aquele ouvinte, e potencial leitor, ao site do veículo. Assim, os setoristas de economia e política, que acompanham diariamente os desdobramentos dos assuntos citados, são os escolhidos.

Perto do fim desta discussão, o uso de sobes sons revelaram-se, durante a pesquisa, como elemento indispensável dos podcasts. Absolutamente todos os episódios analisados usam em demasiado a técnica. Esta pesquisa não pode explicar qual o motivo disso, mas parece razoável pensar que, em momento oportuno, a utilização de sobes sons nos podcasts como maneira de situar, ambientar, retomar e até mesmo balancear os episódios, deveria ser objeto de pesquisa.

Por fim, ficou evidente a preocupação que os apresentadores dos episódios indicaram em relação às contas públicas durante a distribuição do benefício. As metáforas apresentadas, em grande parte, foram fundamentais para que os apresentadores questionassem especialistas ou comentassem qual era, naquele momento, a situação das contas públicas no país.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A grande e tradicional imprensa brasileira, ao que tudo indica, ainda descobre como utilizar das novas tecnologias e dos novos meios de comunicação para produção de conteúdo que possa atingir a mais variada gama de pessoas que estão nestes espaços virtuais, como redes sociais e aplicativos de streaming, tocadores de músicas e podcasts.

A cobertura jornalística constantemente apresenta novos desafios que, adicionados o objetivo de fazer a comunicação presente em novas plataformas, torna a análise cálculo difícil de ser encerrada. Os resultados verificados indicam que houve falhas na cobertura jornalística do auxílio emergencial nos podcasts observados.

Para compreender bem o papel destes veículos, os jornalistas precisam, acima de tudo, em decisões editoriais, entender qual deve ser prioritariamente o arranjo final de um enquadramento na cobertura de um assunto de grande relevância e que perduram por muito tempo, como ocorreu com o auxílio emergencial. Os vários meses em que o valor notícia deste assunto permaneceu intacto foram mais do que suficientes para que, até nos podcasts, ouvintes tivessem contato com as questões político-econômicas que envolveram o auxílio, mas também com a finalidade primeira do programa de renda, subsidiar a sobrevivência dos beneficiários durante os meses mais intensos da pandemia em 2020 e a relação indissociável do auxílio emergencial com a situação sanitária do país.

REFERÊNCIAS

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: um tratado sobre a sociologia do conhecimento. Lisboa: Dinalivros, 1999.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1990.

CONDE, Ma. R. **Comunicación, opinión pública y prensa em la sociologia de Robert E. Park**. Madri: Siglo XXI, 2000.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Portal da transparência, 2020. Disponível em <https://www.portaltransparencia.gov.br/coronavirus?ano=2020>. Acesso em: 15 de ago. 2022

ENTMAN, R. Framing: towards clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, Evanstons, v. 43, n. 4, p. 51-58, 2007.

ENTMAN, R. Framing Bias: media in the distribution of power. **Journal of Communication**, Evanstons, v. 57, n. 2, 43, 2007.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2009.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOFFMAN, E. **Os momentos e os homens**. Lisboa: Relógio D'Água, 1999.

GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Vozes, 2012.

MINI-GLOSSARIO de telejornalismo. Casa dos Focas, 03 mar. 2013. Disponível em: <https://www.casadosfocas.com.br/mini-glossario-do-telejornalismo/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

PODPESQUISA. Pesquisa Associação Brasileira de Podcasts. Disponível em https://abpod.org/wp-content/uploads/2020/12/Podpesquisa-Produtor-2020-2021_Abpod-Resultados.pdf. Acesso em 15 ago. 2022.

PORTAL DA INDÚSTRIA. Pesquisa CNI-IBOPE: avaliação do governo. **Portal da Indústria: Estatísticas**. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/pesquisa-cni-ibope-avaliacao-do-governo/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

POZZEBOM E. R. Aprovado pelo Congresso, auxílio emergencial deu dignidade a cidadãos durante a pandemia. Senado Notícias. 2020. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/12/30/aprovado-pelo-congresso-auxilio-emergencial-deu-dignidade-a-cidadaos-durante-a-pandemia>. Acesso em: 15 ago. 202.

SOUZA, S. A.; MARTINS, C. B. M. J. Exemplos de usos do podcasting no ensino de línguas estrangeiras. *In*: EPLE - ENCONTRO DE PROFESSORES DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS DO PARANÁ, 15., 2007, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Gráfica e Editora Lastro, 2007. Tema: Línguas: culturas, diversidade, integração. p. 220-228. Disponível em: http://www.apliepar.com.br/site/anais_eple2007/artigos/19_shirley.pdf. Acesso em: 23 jan. 2011.

THOMPSON, J. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2001.

VAN DIJK, T. A. **La ciencia del texto**: un enfoque interdisciplinario. 3. ed. Buenos Aires: Paidós, 1978.